



**55º Concurso Público para ingresso na carreira de
Juiz Substituto**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

PROVA OBJETIVA SELETIVA

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de calculadora, livros, códigos, manuais, impressos ou anotações.
- A duração da prova é de 5 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver este caderno e sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**BLOCO UM****Direito Civil**

1. O dono do imóvel hipotecado
- (A) não poderá sobre ele constituir nova hipoteca, a não ser que a primeira venha a ser cancelada.
 - (B) não poderá vendê-lo, salvo quitando a dívida e cancelando a hipoteca que a garante.
 - (C) poderá constituir outra hipoteca sobre ele mediante novo título, em favor do mesmo ou de outro credor.
 - (D) poderá vendê-lo desde que tenha a autorização do credor da primeira hipoteca e o seu cancelamento.
 - (E) poderá vendê-lo, desde que dê ao credor hipotecário o direito de preferência na aquisição do imóvel.
2. Antonio obrigou-se a entregar a Benedito, Carlos, Dario e Ernesto um determinado touro reprodutor, avaliado em R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Embora bem guardado e bem tratado em lugar apropriado e seguro, o animal morreu afogado em inundação causada por fortes chuvas. Nesse caso, a obrigação é
- (A) de dar coisa certa, indivisível, resolvida para ambas as partes com ausência de culpa do devedor, ante o perecimento do objeto.
 - (B) indivisível, com o perecimento do objeto por culpa do devedor.
 - (C) indivisível e tornou-se divisível com o perecimento do objeto, sem culpa do devedor.
 - (D) solidária, devendo o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) ser entregue a qualquer dos credores, em lugar do objeto perecido.
 - (E) de dar coisa certa, indivisível, devendo o devedor entregar a indenização a todos os credores.
3. Constitui requisito para o deferimento do direito real de habitação:
- (A) que o(a) vi vo(a) não venha a contrair novas núpcias ou união estável.
 - (B) que o imóvel onde residia o casal seja o único imóvel residencial deixado pelo(a) falecido(a).
 - (C) que o(a) falecido(a) tenha deixado ao menos dois imóveis a serem partilhados.
 - (D) que o casal tenha adquirido o imóvel com esforç os comuns na constância do casamento.
 - (E) que os filhos do(a) falecido(a) concordem com o direito de habitação do(a) vi vo(a).
4. Uma pessoa outorga poderes a outra, para que alugue um imóvel de sua propriedade. O mandante determina que o imóvel não seja alugado para pessoa jurídica pública nem por valor inferior a R\$ 5.000,00 mensais. O mandat rio aluga o imóvel por R\$ 4.000,00 ao município, para instalação de uma repartição pública. Neste caso, o mandante deverá
- (A) ajuizar a o anulatória do negócio jurídico contratado pelo mandat rio, com alegação de erro.
 - (B) notificar o locatário, exigindo a sua saída do imóvel por não terem sido respeitadas as determinações do mandante.
 - (C) ajuizar a o declaratória de nulidade absoluta do negócio jurídico celebrado pelo mandat rio, com fundamento na inobservância das instruções.
 - (D) ajuizar a o de perdas e danos contra o mandat rio, uma vez que não poderá anular o negócio jurídico feito com terceiro.
 - (E) ajuizar a o revisional de aluguel contra o locatário somente para ajustar o preç o da locação do imóvel, desde o início da locação.
5. Sobre a instituição de bem de f milia é correto afirmar:
- (A) Pode ser instituído como bem de f milia o imóvel comercial desde que seja o único bem do casal e que sua renda seja a única fonte de sustento da f milia.
 - (B) A instituição voluntária prescinde de escritura pública e registro porque a Lei n  8.009/90 produz os mesmos efeitos.
 - (C) O bem de f milia fica isento de qualquer tipo de execução.
 - (D) Não se admite a instituição de bem de f milia se o imóvel for recebido em dação em pagamento.
 - (E) Se for instituído por terceiro mediante liberalidade exige a aceitação do casal.
6. DASILVA pleiteia a resolução de contrato de venda futura de soja celebrado com AGRÍCOLA S.A., sob a alegação de que variação significativa da cotação do produto vendido tornou o contrato excessivamente oneroso. Neste caso, é correto afirmar:
- (A) A oscilação do preç o do produto vendido por si caracteriza a onerosidade excessiva.
 - (B) A simples variação de preç o do produto comercializado pelo vendedor não configura um acontecimento imprevisto e extraordinário.
 - (C) A onerosidade excessiva deve ser aferida no momento da conclusão do contrato e se comprovada outorga a resolução.
 - (D) A relação jurídica descrita acima se subsume à lei consumerista.
 - (E) O fato do comprador obter lucro na revenda da soja, decorrente da majoração do preç o do produto no mercado após a celebração do negócio, comprova existência de onerosidade excessiva, apta a determinar a rescisão do contrato ou má resolução.
7. Sobre a fiança é INCORRETO afirmar:
- (A) Pode ser contratada para garantir apenas parcialmente a d vida.
 - (B) O fiador exonera-se da fiança dada por prazo indeterminado a qualquer tempo, bastando notificar o credor, ficando porém obrigado por todos os efeitos da força por prazo fixado na lei.
 - (C) O fiador pode propor a execução contra o devedor quando o credor sem justa causa retardar o ajuizamento.
 - (D) Pelas obrigações decorrentes da fiança respondem os herdeiros do fiador, limitadas ao tempo decorrido até a morte do fiador e desde que não ultrapassem as forças da herança.
 - (E) A moratória concedida ao devedor exonera o fiador, se este não a consentiu.
8. O casamento contraído por pessoa que desconhecia doença mental grave, anterior ao casamento, do outro cônjuge, que torne impossível a vida em comum é
- (A) nulo, podendo ser requerido o decreto de nulidade por qualquer interessado, ou pelo Ministério Público.
 - (B) anulável, podendo a nulidade ser arguida pelo cônjuge que se enganou, por qualquer interessado, ou pelo Ministério Público.
 - (C) nulo, podendo apenas o prejudicado arguir-lhe a nulidade.
 - (D) anulável, podendo a nulidade ser arguida apenas pelo cônjuge que se enganou.
 - (E) inexistente porque a doença mental do outro cônjuge impede o casamento de produzir qualquer efeito.



<p>9. Os contratos de mútuo e comodato têm em comum as seguintes características:</p> <p>(A) constituem-se desde o consentimento das partes e se extinguem com o pedido de devolução do dono da coisa.</p> <p>(B) uma vez realizada a entrega da coisa transfere a propriedade ao devedor e obriga o dono a aguardar o fim do contrato para reavê-la.</p> <p>(C) obriga o devedor ao pagamento de juros sempre que houver atraso na devolução da coisa.</p> <p>(D) só se aperfeiçoam com a entrega da coisa e tornam o devedor obrigado a devolver o bem sob pena de pagamento de aluguel pelo atraso na devolução.</p> <p>(E) são contratos considerados reais, <i>intuitu personae</i> e não solenes.</p>	<p>13. No que concerne ao mandado de segurança, analise as proposições abaixo.</p> <p>I. Equiparam-se a autoridades as pessoas naturais no exercício de atribuições do poder público, no que disser respeito a essas atribuições.</p> <p>II. O mandado de segurança sempre pode ser utilizado como alternativa aos recursos previstos no Código de Processo Civil.</p> <p>III. O juiz deve sempre ouvir a autoridade coatora antes de deferir medida suspendendo o ato coator.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I, apenas.</p> <p>(B) III, apenas.</p> <p>(C) I e II, apenas.</p> <p>(D) I e III, apenas.</p> <p>(E) I, II e III.</p>
<p>10. O pacto antenupcial</p> <p>(A) será arquivado e averbado no Registro Público de Empresas Mercantis, quando o cônjuge for empresário.</p> <p>(B) pode ser celebrado por instrumento particular desde que haja expressa concordância dos cônjuges.</p> <p>(C) é facultativo na celebração do casamento pelo regime da separação convencional de bens.</p> <p>(D) gera efeitos a partir da data em que os nubentes realizarem a sua celebração.</p> <p>(E) é necessário na celebração do casamento pelo regime da separação obrigatória de bens.</p>	<p>14. As regras e a jurisprudência atinentes ao processo de execução permitem afirmar que</p> <p>(A) os bancos podem ajuizar ação de execução munidos de contrato de abertura de crédito em conta corrente com o respectivo extrato da conta.</p> <p>(B) a impenhorabilidade do bem de família não abrange o imóvel pertencente a pessoas solteiras.</p> <p>(C) o exequente pode requerer a adjudicação do bem penhorado antes da realização da hasta pública.</p> <p>(D) a avaliação do bem penhorado é feita, em regra, por perito da confiança do Juízo.</p> <p>(E) na penhora preferirá, necessariamente, o dinheiro.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Processual Civil</p> <p>11. No que toca ao tema competência, tomando por base a jurisprudência dominante do STF e do STJ, é correto afirmar:</p> <p>(A) As ações de indenização por acidente de trabalho ajuizadas por empregado contra empregador são de competência da Justiça do Trabalho, exceto as que não possuíam sentença de mérito quando da promulgação da Emenda Constitucional nº 45/04.</p> <p>(B) São de competência da Justiça Comum as ações possessórias decorrentes de greve dos trabalhadores da iniciativa privada.</p> <p>(C) A conexão determina a reunião dos processos, mesmo que um deles já tenha sido julgado.</p> <p>(D) É da Justiça Comum a competência para julgar as ações de funcionários estatutários contra o Poder Público.</p> <p>(E) A incompetência, absoluta ou relativa, sempre deve ser conhecida de ofício.</p>	<p>15. Pessoa aparentemente pobre ajuíza ação contra o Município requerendo tutela antecipada para custeio de cirurgia emergencial. Junta relatório médico dando conta da necessidade e da urgência do procedimento. Ao decidir o pedido liminar,</p> <p>(A) tendo em vista tratar-se de procedimento irreversível, o juiz não poderá deferir a antecipação da tutela.</p> <p>(B) caso defira a antecipação da tutela, o juiz poderá, de ofício, impor multa diária para o caso de descumprimento.</p> <p>(C) se a sentença confirmar a antecipação da tutela, o recurso deverá ser recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo.</p> <p>(D) em razão da urgência, a decisão que deferir a antecipação da tutela não precisará explicitar os seus fundamentos.</p> <p>(E) caso não defira o pedido de antecipação de tutela, o juiz deverá extinguir o processo sem julgamento de mérito.</p>
<p>12. No regime dos Juizados Especiais</p> <p>(A) as testemunhas devem comparecer à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação, mesmo que esta tenha sido requerida.</p> <p>(B) a sentença deve necessariamente conter relatório, fundamentação e dispositivo.</p> <p>(C) a sentença condenatória somente poderá ser ilíquida quando o pedido tiver sido genérico.</p> <p>(D) não se admite a conciliação quando o Estado for parte.</p> <p>(E) não se admitirá a reconvenção.</p>	<p>16. Não tendo o devedor de alimentos provisionais pago cinco prestações alimentícias fixadas em decisão contra a qual não tenha havido recurso,</p> <p>(A) as cinco prestações em atraso, por si e automaticamente, autorizam a prisão do alimentante.</p> <p>(B) se o devedor for empregado sujeito à legislação do trabalho, o juiz poderá determinar o desconto da prestação em folha de pagamento, ao invés de determinar a prisão.</p> <p>(C) em razão da natureza do débito, o devedor não poderá justificar estar impossibilitado do pagamento.</p> <p>(D) cumprida a prisão, pelo tempo fixado na ordem judicial, o devedor se eximirá das prestações vencidas, mas não das vincendas.</p> <p>(E) não é autorizada a prisão com base nas prestações vencidas no transcurso do processo.</p>



17. No procedimento sumário
- (A) se o réu não comparecer à audiência de conciliação, o juiz abrirá prazo para apresentação de defesa.
 - (B) o autor indicará testemunhas na petição inicial ou durante a audiência de conciliação.
 - (C) é cabível a intervenção de terceiro fundada em contratos bancário e de seguro.
 - (D) caberá somente agravo de instrumento das decisões proferidas em audiência.
 - (E) durante a audiência, o juiz decidirá controvérsia sobre a natureza da causa, podendo determinar a conversão para o rito ordinário.
18. A respeito das ações possessórias, analise as afirmações abaixo.
- I. O autor pode cumular pedido possessório ao de condenação em perdas e danos.
 - II. O juiz pode determinar que o autor justifique previamente o alegado, determinando a citação do réu para comparecer à audiência que for designada.
 - III. O pedido será julgado em favor de quem tiver a melhor posse, mesmo que não se trate do proprietário.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
 - (B) II, apenas.
 - (C) III, apenas.
 - (D) I, II e III.
 - (E) I e III, apenas.
19. Quanto aos honorários de advogado é correto afirmar:
- (A) No mandado de segurança, não cabe a condenação em honorários de advogado, mas o juiz pode impor multa por litigância de má-fé.
 - (B) Quando o vencido é beneficiário da assistência judiciária, o Juiz não o condena ao pagamento de honorários de advogado.
 - (C) Quando o pedido é julgado improcedente, os honorários são fixados sempre em percentual sobre o valor da causa.
 - (D) A verba honorária não é devida quando o advogado funciona em causa própria.
 - (E) No regime da Lei nº 9.099/95, não são devidos honorários de advogado, mesmo quando o vencido recorre e não obtém êxito no recurso.
20. Locatário X, pretendendo revisar contrato de locação, escrito, de cujo instrumento não tinha a posse, ajuizou medida cautelar de exibição de documentos. Ao determinar a citação do locador, o juiz determinou a exibição do contrato, sob pena de multa. Apresentado o contrato, o locatário ajuizou ação revisional. No entanto, o pedido de revisão foi julgado improcedente. Durante o transcurso do processo, o locatário deixou de pagar os aluguéis. Por esta razão, o locador ajuizou, contra o locatário, ação de cobrança dos aluguéis em atraso. Julgado procedente o pedido, com trânsito em julgado, o locador requereu a execução do julgado, contra o locatário e o fiador. Ambos tiveram bens penhorados. Nesse caso, o juiz
- (A) acertou em todos os aspectos, pois são cabíveis a fixação de multa em caso de não-exibição de documento e a execução de fiador que não haja participado do processo de conhecimento.
 - (B) acertou ao fixar multa em caso de não-exibição do documento, mas equivocou-se ao permitir a execução de fiador mesmo que não houvesse participado do processo de conhecimento.
 - (C) equivocou-se em todos os aspectos, pois não são cabíveis a fixação de multa em caso de não-exibição de documento nem a execução de fiador que não haja participado do processo de conhecimento.
 - (D) equivocou-se ao fixar multa em caso de não-exibição do documento, mas acertou ao permitir a execução de fiador que não havia participado do processo de conhecimento.
 - (E) teria acertado em todos os aspectos se o fiador tivesse participado da medida cautelar de exibição de documentos, como autor, e da ação de cobrança, como réu.
- Direito do Consumidor**
21. O Código de Defesa do Consumidor:
- (A) estabelece normas de defesa e de proteção dos consumidores e fornecedores de produtos e serviços, de ordem pública e de interesse social.
 - (B) estabelece normas de defesa e de proteção do consumidor, de ordem pública e de interesse social, regulamentando normas constitucionais a respeito.
 - (C) prevê normas de interesse geral, dispositivas e de regulamentação constitucional.
 - (D) prevê normas de defesa e de proteção ao consumidor, dispositivas e de interesse individual, sem vinculação constitucional.
 - (E) estabelece normas de interesse coletivo geral, de ordem pública e interesse social, sem vinculação com normas constitucionais.
22. É correto afirmar:
- (A) Não há sanções administrativas autônomas no CDC, estando todas as medidas possíveis inseridas nos âmbitos civil e penal.
 - (B) Se aplicadas sanções administrativas por infrações ao CDC, ficarão prejudicadas as sanções de natureza civil e penal, pela maior amplitude daquelas.
 - (C) Os órgãos oficiais poderão notificar os fornecedores para que, sob pena de desobediência, prestem informações sobre questões de interesse do consumidor, ainda que digam respeito a segredos industriais, pela prevalência do interesse social.
 - (D) As sanções administrativas no CDC são multa, apreensão e inutilização do produto e proibição de sua fabricação, somente.
 - (E) As sanções administrativas previstas no CDC serão aplicadas pela autoridade administrativa, no âmbito de sua atribuição, podendo ser cumulativas, inclusive por medida cautelar antecedente ou incidente de procedimento administrativo.



23. No que concerne à proteção contratual nas relações de consumo,
- (A) a garantia contratual é complementar à legal e será conferida mediante termo escrito.
- (B) as cláusulas contratuais serão interpretadas de modo igualitário quanto aos direitos e obrigações dos consumidores e fornecedores de produtos e serviços.
- (C) as declarações de vontade constantes de escritos particulares, recibos e pré-contratos, relativos às relações de consumo, vinculam o fornecedor somente se passarem a integrar expressamente o contrato definitivo a ser celebrado.
- (D) o consumidor pode desistir do contrato, no prazo de trinta dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento ocorrer fora do estabelecimento comercial.
- (E) as cláusulas contratuais abusivas são anuláveis, dependendo seu reconhecimento sempre da iniciativa do consumidor prejudicado.
-
24. obsta a decadência nas relações de consumo:
- (A) a reclamação formalizada perante os órgãos ou entidades com atribuições de defesa do consumidor, pelo prazo de cento e vinte dias.
- (B) a reclamação comprovadamente formulada pelo consumidor perante o fornecedor de produtos e de serviços até a resposta negativa correspondente, que deve ser transmitida de forma inequívoca.
- (C) a instauração de inquérito penal, até seu encerramento com formulação de denúncia pelo órgão ministerial.
- (D) a reclamação formulada pelo consumidor, a partir do reconhecimento do vício ou defeito pelo fornecedor de produtos e serviços.
- (E) somente fato que o Código Civil também repute obstativo.
-
25. As cláusulas abusivas nas relações de consumo
- (A) são tidas por inexistentes.
- (B) dependem de provocação do consumidor para serem reconhecidas, pois são anuláveis.
- (C) podem ser declaradas, em regra, de ofício pelo juiz, pois são nulas de pleno direito.
- (D) dependem de provocação do Ministério Público, já que a declaração de sua ocorrência interessa à coletividade.
- (E) integram um rol taxativo, fechado em suas hipóteses.
-
26. No sistema protetivo do consumidor
- (A) os serviços públicos são excluídos, já que objeto de leis próprias.
- (B) o acesso ao Poder Judiciário é sempre gratuito aos consumidores, para facilitação da defesa de seus interesses.
- (C) haverá, sempre, a inversão do ônus probatório em benefício do consumidor, em face de sua presumida hipossuficiência, que é absoluta.
- (D) as cláusulas de eleição de foro são tidas por inexistentes em qualquer hipótese, não gerando efeitos jurídicos.
- (E) é garantido o direito de modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas.
-
27. Patricinha adquiriu um vestido, na loja "Young Fashion", após tê-lo experimentado. Arrepende-se um dia após, ao descobrir que a cor do modelo estava fora de moda, e procura a loja para devolvê-lo, alegando estar no prazo de reflexão previsto no Código de Defesa do Consumidor. O dono da loja, Manelão, não aceita o argumento. Nesse caso,
- (A) Patricinha está certa, pois o CDC prevê sete dias a contar da aquisição do produto, em qualquer situação, para exercer o direito de arrependimento.
- (B) Manelão está certo, por não existir a figura do direito de arrependimento se o produto não é defeituoso ou não apresenta vício de qualidade.
- (C) Patricinha está certa, pois o prazo de garantia do vestido é de pelo menos 90 dias, por sua natureza de bem durável.
- (D) Manelão está certo, pois o consumidor só pode exercer seu direito de arrependimento, em sete dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto, se a aquisição ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou em domicílio.
- (E) Patricinha está certa, por estar no prazo de reflexão, mas Manelão pode impor multa compensatória em razão da devolução imotivada.
-
28. A responsabilidade civil pelo fato do produto e do serviço nas relações de consumo
- (A) é subjetiva, como regra.
- (B) é objetiva, como regra, na modalidade de risco integral.
- (C) é subjetiva, invertido o ônus probatório, que cabe ao fornecedor e não ao consumidor.
- (D) é objetiva, como regra, na teoria do risco integral, salvo a dos profissionais liberais, que é objetiva atenuada, por admitir as excludentes do fato de terceiro e o caso fortuito ou força maior.
- (E) é objetiva, como regra, com base na teoria do risco da atividade, exceto em relação aos profissionais liberais, cuja responsabilidade será apurada mediante a verificação de culpa.
-
29. A desconsideração da personalidade jurídica no CDC
- (A) é instituto meramente doutrinário, inexistente em norma jurídica expressa.
- (B) caracterizar-se-á quando o juiz verificar, em detrimento do fornecedor, abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social.
- (C) não ocorrerá em hipóteses de falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica.
- (D) poderá ocorrer sempre que a personalidade da pessoa jurídica for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.
- (E) não atinge, em nenhuma hipótese, sociedades coligadas, controladas ou consorciadas.



30. Examine as afirmações abaixo.

- I. Nas ações de responsabilidade civil do fornecedor de produtos e serviços, o réu que houver contratado seguro de responsabilidade poderá chamar ao processo o segurador, vedada a integração do contraditório pelo Instituto de Resseguros do Brasil.
- II. Os legitimados a agir na forma do Código de Defesa do Consumidor poderão propor ação visando a compelir o Poder Público competente a proibir, em todo o território nacional, a produção, divulgação, distribuição ou venda, ou a determinar alteração na composição, estrutura, fórmula ou acondicionamento de produto, cujo uso ou consumo regular se revele nocivo ou perigoso à saúde pública e à incolumidade pessoal.

Assinale a alternativa correta.

- (A) I e II são verdadeiras, integralmente.
(B) Apenas II é verdadeira.
(C) Apenas I é verdadeira.
(D) Ambas são falsas.
(E) Não existem ações de responsabilidade civil do fornecedor de produtos e serviços no CDC, mas apenas no âmbito do Código de Processo Civil e em outras leis extravagantes.

Direito da Criança e do Adolescente

31. Assinale a alternativa correta.

- (A) A perda e a suspensão do poder familiar serão decretadas judicialmente, pelo órgão do Ministério Público ou pelo Conselho Tutelar, fundamentadamente.
(B) Os filhos em geral terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação, exceto quanto aos filhos adotivos.
(C) A manutenção ou reintegração de criança ou adolescente em família substituta terá preferência em relação a qualquer outra providência.
(D) A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional como regra prolongar-se-á por tempo indeterminado.
(E) A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.

32. No tocante à prevenção especial à criança e ao adolescente, é correto afirmar que

- (A) a criança está sujeita à classificação de diversões e espetáculos públicos adequados a sua faixa etária, mas não os adolescentes, que não se sujeitam a tais restrições.
(B) as revistas e publicações destinadas ao público infantojuvenil poderão conter ilustrações, fotografias ou anúncios de bebidas alcoólicas ou tabaco, desde que seguidas das advertências legais de sua nocividade à saúde.
(C) as emissoras de rádio e televisão somente exibirão, no horário recomendado para o público infantojuvenil, programas com finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas.
(D) as crianças menores de quatorze anos somente poderão ingressar e permanecer nos locais de exibição ou apresentação de diversões e espetáculos públicos quando acompanhadas dos pais ou responsável.
(E) somente espetáculos impróprios a crianças e adolescentes devem conter aviso de sua classificação etária, antes de sua apresentação, transmissão ou exibição.

33. Considere as seguintes afirmações sobre Estatuto da Criança e do Adolescente:

- I. Filiou-se à doutrina da prevenção especial, que considera crianças e adolescentes como sujeitos cuja proteção se faz evitando ameaça ou violação de seus direitos.
II. Utiliza o termo menor para se referir à pessoa entre 0 e 18 anos, faixa que abrange a categoria criança (aquela entre 0 e 12 anos incompletos) e adolescente (aquele entre 12 e 18 anos).
III. Admite sua aplicação, excepcional, a pessoas entre 18 e 21 anos desde que demonstrada, em cada caso concreto, a necessidade de proteção e o prejuízo no discernimento.

Está INCORRETO o que se afirma em

- (A) I, apenas.
(B) II, apenas.
(C) I, II e III.
(D) I e III, apenas.
(E) II e III, apenas.

34. Predomina no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que a

- (A) duração da medida socioeducativa de internação pode ser estendida para além de três anos se constatada, por laudo psiquiátrico, a persistência da periculosidade do adolescente.
(B) prescrição penal é aplicável nas medidas socioeducativas.
(C) cumulação de medida socioeducativa de meio aberto com remissão como forma de exclusão do processo é inconstitucional por violar o princípio do devido processo legal.
(D) prática de tráfico de drogas por adolescente sem antecedentes autoriza sua internação por se tratar de ato infracional equiparado a crime hediondo.
(E) medida de liberdade assistida não pode ser aplicada a jovem maior de 18 anos que praticou ato infracional antes de completada a maioridade penal.

35. O laudo de habilitação à adoção internacional, que autoriza o casal ou pessoa estrangeira a formalizar pedido de adoção perante o Juízo da Infância e da Juventude do local em que se encontra a criança ou adolescente, segundo dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente, deve ser expedido

- (A) pela Autoridade Central em matéria de adoção internacional do país de acolhida.
(B) pela Autoridade Central Federal Brasileira em matéria de adoção internacional.
(C) pelo organismo nacional ou estrangeiro encarregado de intermediar pedidos de adoção internacional, desde que devidamente cadastrado na Autoridade Central Brasileira.
(D) pela Autoridade Central Estadual em matéria de adoção internacional do estado da federação brasileira onde se encontra a criança.
(E) pela autoridade judiciária da circunscrição territorial onde se localiza o domicílio do casal ou pessoa estrangeira interessada na adoção.



36. Na medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade, segundo definição legal, as tarefas a serem executadas pelo adolescente
- (A) devem ser gratuitas e por período não excedente a três meses.
- (B) podem ser realizadas em programas comunitários e em jornada máxima de oito horas semanais.
- (C) não podem prejudicar a frequência à escola, a jornada normal de trabalho e as tarefas domésticas diárias do adolescente.
- (D) devem ser de interesse geral, exceto quando aplicadas como forma de reparar o dano sofrido pela vítima.
- (E) devem seguir o regime da aprendizagem se o adolescente ainda não tiver completado 16 anos de idade.
-
37. O Estatuto da Criança e do Adolescente reconhece, expressamente, a crianças e adolescentes, o direito de
- (A) ser criado em instituição pública ou filantrópica de acolhimento sempre que seus pais não dispuserem de recursos materiais para cumprir ou fazer cumprir os deveres inerentes ao poder familiar.
- (B) opinião, expressão e participação nos conselhos de direito responsáveis pela formulação da política pública que lhes seja afeta.
- (C) receber medida socioeducativa em meio aberto sempre que praticarem ato infracional sem violência ou grave ameaça.
- (D) ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais.
- (E) manifestar sua liberdade sexual, garantida a proteção nos termos da lei.
-
38. CONTRARIA expressamente o que vem previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente a lei municipal que cria o Conselho Tutelar e
- (A) estabelece que o órgão será composto por quatro membros escolhidos pela comunidade local para mandato de três anos.
- (B) dispõe que seus membros não receberão remuneração.
- (C) dispõe que seus membros serão escolhidos pela comunidade local mediante voto direto e plurinominal.
- (D) impõe como requisito para candidatura a conselheiro tutelar ser maior de vinte e um anos.
- (E) prevê que o processo para a escolha de seus membros seja realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
-
39. O Estatuto da Criança e do Adolescente, proíbe, para crianças e adolescentes, de forma expressa,
- (A) a venda de fogos de artifício de qualquer natureza ou potencial de causar dano físico por utilização indevida.
- (B) o consumo de bebidas alcoólicas.
- (C) a venda de bilhetes lotéricos e equivalentes.
- (D) a venda de tinta em *spray* aerossol ou congêneres de difícil remoção.
- (E) a venda de videogames de conteúdo violento ou ofensivo aos costumes.
-
40. A proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente, está prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, como
- (A) linha de ação da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.
- (B) regime de atendimento da política municipal de atendimento socioeducativo.
- (C) serviço supletivo de assistência jurídica a crianças, adolescentes e suas famílias.
- (D) diretriz dos serviços de acolhimento institucional para viabilizar ações interdisciplinares de garantia do direito à convivência familiar e comunitária.
- (E) programa de busca ativa e recepção de denúncias de situações de violação de direito de crianças e adolescentes.
-
- BLOCO DOIS**
- Direito Penal**
41. Em relação às penas restritivas de direitos, é correto afirmar que
- (A) o juiz da execução penal, sobrevivendo condenação a pena privativa de liberdade, por outro crime ou contravenção, decidirá sobre a conversão, podendo deixar de aplicá-la se for possível ao condenado cumprir a pena substitutiva anterior.
- (B) a prestação de serviços à comunidade terá a mesma duração da pena privativa de liberdade substituída e, se esta for superior a 1 (um) ano, poderá o condenado cumpri-la em menor tempo, nunca inferior a 1/3 (um terço) da sanção corporal fixada.
- (C) a prestação pecuniária consiste no pagamento em dinheiro à vítima, a seus dependentes ou a entidade pública ou privada com destinação social, de importância fixada pelo juiz, não inferior a 10 (dez) dias-multa nem superior a 360 (trezentos e sessenta) dias-multa. O valor pago será deduzido do montante de eventual condenação em ação de reparação civil, se coincidentes os beneficiários.
- (D) é incabível a pena substitutiva de interdição temporária de direitos, na modalidade de suspensão da habilitação para dirigir veículo, no caso de homicídio culposo na direção de veículo automotor.
- (E) é conversível em privativa de liberdade quando ocorrer o descumprimento injustificado da restrição imposta, sem dedução do tempo cumprido de pena substitutiva.
-
42. Em matéria de concurso de pessoas, é correto afirmar que
- (A) nos crimes plurissubjetivos o concurso é eventual.
- (B) a autoria mediata configura coautoria.
- (C) nos crimes funcionais a condição de servidor público do autor não se comunica ao partícipe não funcionário, se este desconhecia a condição daquele.
- (D) a participação de menor importância constitui circunstância atenuante, a ser considerada na segunda etapa do cálculo da pena.
- (E) as mesmas penas deverão ser aplicadas a todos os coautores e partícipes.



<p>43. As circunstâncias agravantes</p> <p>(A) podem elevar a pena acima do máximo previsto em lei para o crime, do mesmo modo que as causas de aumento.</p> <p>(B) não incidem nos crimes culposos, salvo a reincidência.</p> <p>(C) serão consideradas na fixação da pena-base.</p> <p>(D) sempre preponderam sobre as circunstâncias atenuantes, no caso de concurso entre umas e outras.</p> <p>(E) não incidem quando também qualificarem o crime, mas podem ser aplicadas se elementares da infração.</p>	<p>47. No que concerne ao livramento condicional, é correto afirmar que</p> <p>(A) somente poderá ser concedido ao condenado a pena de reclusão igual ou superior a dois anos.</p> <p>(B) a prática de falta grave não interrompe o prazo para a sua concessão, segundo entendimento sumulado.</p> <p>(C) é cabível a revogação, mas não a suspensão.</p> <p>(D) a condenação irrecorrível por crime ou contravenção, independentemente da pena imposta, constitui causa de revogação obrigatória.</p> <p>(E) é inadmissível, para a sua concessão, a determinação de prévia realização de exame criminológico, independentemente das peculiaridades do caso.</p>
<p>44. No tocante à prescrição, é correto afirmar que</p> <p>(A) o dia do começo não se inclui no cômputo do prazo.</p> <p>(B) o prazo é sempre de dois anos no caso de penas restritivas de direitos.</p> <p>(C) não constitui matéria prejudicial da análise do mérito da ação penal.</p> <p>(D) incidirá sobre o total da pena, se reconhecido o concurso material de infrações, e sobre a pena de cada um, isoladamente, se identificado o formal.</p> <p>(E) se regula, em abstrato, pelo máximo da pena cominada, menos um terço, no caso de imputação de crime tentado.</p>	<p>48. No crime de roubo, segundo entendimento sumulado dos Tribunais Superiores,</p> <p>(A) a intimidação feita com arma de brinquedo autoriza o reconhecimento da causa de aumento da pena relativa ao emprego de arma.</p> <p>(B) é possível o estabelecimento de regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta, com base apenas na gravidade abstrata do delito, ainda que fixada a pena-base no mínimo legal.</p> <p>(C) há tentativa quando o agente, embora tenha reduzido a vítima à impossibilidade de resistência, é perseguido e preso logo após praticar o delito, não obtendo, assim, a posse tranquila do produto da subtração.</p> <p>(D) o aumento na terceira fase de aplicação da pena exige fundamentação concreta, não sendo suficiente para a sua exasperação a mera indicação do número de majorantes.</p> <p>(E) se o agente não realiza a subtração de bens, não haverá latrocínio consumado, ainda que mate a vítima.</p>
<p>45. A embriaguez</p> <p>(A) voluntária ou culposa não exclui a imputabilidade, mas pode ser considerada incompatível com o elemento subjetivo exigido por certos delitos, afastando o próprio tipo, segundo entendimento doutrinário e jurisprudencial.</p> <p>(B) patológica não constitui eventual causa de exclusão da imputabilidade.</p> <p>(C) completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, sempre conduz à exclusão da imputabilidade.</p> <p>(D) culposa constitui causa de diminuição da pena, se o agente não possuía, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.</p> <p>(E) não configura circunstância agravante, ainda que preordenada.</p>	<p>49. No crime de lesão corporal leve praticado no âmbito de violência doméstica (art. 129, § 9º, do Código Penal), a ação penal é</p> <p>(A) pública incondicionada, se a agressão se der do marido contra a mulher.</p> <p>(B) pública incondicionada, em qualquer hipótese, segundo entendimento sumulado do STF.</p> <p>(C) privada, se a agressão se der de irmão contra irmão.</p> <p>(D) privada, se a agressão se der do filho maior contra o pai.</p> <p>(E) pública condicionada, em qualquer hipótese.</p>
<p>46. Quanto às medidas de segurança, é correto afirmar que</p> <p>(A) são sujeitas à prescrição, mas não a outras causas de extinção da punibilidade.</p> <p>(B) podem ser aplicadas independentemente da prática pelo agente de ilícito punível.</p> <p>(C) podem substituir pena imposta ao agente considerado imputável no momento da condenação, se sobrevier doença mental no curso da execução.</p> <p>(D) a desinternação será sempre incondicional.</p> <p>(E) o juiz, enquanto não superado o prazo mínimo de duração da medida, não poderá ordenar o exame para que se verifique a cessação da periculosidade.</p>	<p>50. De acordo com a lei antidrogas,</p> <p>(A) na determinação da quantidade de dias-multa, o juiz não poderá levar em conta a natureza e a quantidade da substância ou do produto, mas apenas a personalidade e a conduta social do agente.</p> <p>(B) no caso de posse de substância entorpecente para consumo pessoal, incabível a imposição de multa, ainda que se recuse injustificadamente o agente a cumprir a medida educativa fixada.</p> <p>(C) a multa será fixada em valor não inferior a um salário mínimo nem superior a trezentos e sessenta salários mínimos.</p> <p>(D) se o juiz, em virtude da situação econômica do acusado, considerar a multa ineficaz, poderá aumentá-la até o triplo.</p> <p>(E) em caso de concurso de crimes, as multas serão impostas cumulativamente.</p>



Direito Processual Penal

51. No tocante à ação penal,
- (A) a representação é retratável até o recebimento da denúncia.
- (B) o acusador não poderá desistir da ação penal.
- (C) em regra, o ofendido ou seu representante tem prazo de 30 (trinta) dias para oferecimento de queixa.
- (D) no caso de morte do ofendido, extingue-se imediatamente a punibilidade do autor do fato.
- (E) as fundações, associações e sociedades legalmente constituídas poderão exercer ação penal.
-
52. Em relação à prisão em flagrante delito, é correto afirmar que
- (A) qualquer do povo deverá prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.
- (B) quem, logo após o cometimento do delito, é encontrado na posse do bem subtraído, não pode ser preso em flagrante, salvo se houver testemunhas de acusação.
- (C) nas infrações permanentes, entende-se o agente em flagrante delito mesmo após a cessação da permanência.
- (D) apresentado o preso à autoridade competente, será desde logo interrogado, ouvindo-se, na sequência, o condutor e as testemunhas.
- (E) na falta ou no impedimento do escrivão, qualquer pessoa designada pela autoridade lavrará o auto, depois de prestado o compromisso legal.
-
53. Em relação ao sequestro de bens previsto no Código de Processo Penal, é correto afirmar que
- (A) caberá o sequestro de bens imóveis adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração, salvo se já tiverem sido transferidos a terceiro.
- (B) para a decretação do sequestro, bastará a existência de suspeita da proveniência ilícita dos bens.
- (C) o ofendido não tem legitimidade para requerer sequestro de bens.
- (D) o sequestro será levantado se a ação penal não for intentada no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data em que ficar concluída a diligência.
- (E) admite caução do indiciado.
-
54. No tocante à sentença, é INCORRETO afirmar que
- (A) qualquer das partes poderá, no prazo de 2 (dois) dias, pedir ao juiz que esclareça a sentença, se houver obscuridade.
- (B) na sentença absolutória, o juiz aplicará medida de segurança, se cabível.
- (C) o juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ordenando, neste caso, que o Ministério Público adite a denúncia.
- (D) na sentença condenatória, o juiz fixará o valor mínimo para reparação dos danos.
- (E) a sentença conterà a exposição sucinta da defesa.
-
55. Em relação à prova no processo penal, é correto afirmar que
- (A) não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal não poderá suprir-lhe a falta.
- (B) a autópsia será feita até 6 (seis) horas depois do óbito.
- (C) o interrogatório do réu preso será realizado obrigatoriamente em sala própria no estabelecimento em que estiver recolhido ou por sistema de videoconferência.
- (D) a confissão é divisível e retratável.
- (E) havendo mais de um acusado, serão interrogados conjuntamente.
-
56. Em relação às testemunhas, é correto afirmar que
- (A) as pessoas impossibilitadas por enfermidade ou velhice serão dispensadas de depor.
- (B) será permitida à testemunha breve consulta a apontamentos.
- (C) as pessoas com dever de sigilo são proibidas de depor mesmo se desobrigadas pela parte interessada.
- (D) as perguntas serão formuladas pelas partes diretamente à testemunha, exceto se não tiverem relação com a causa.
- (E) se o juiz reconhecer que alguma testemunha fez afirmação falsa, remeterá cópia do depoimento para o Ministério Público, para instauração de inquérito.
-
57. No tocante ao assistente de acusação, é correto afirmar que
- (A) o ofendido poderá intervir como assistente em qualquer ação penal.
- (B) a admissão do assistente fica condicionada à manifestação do Ministério Público.
- (C) da decisão que admitir o assistente de acusação caberá recurso em sentido estrito.
- (D) ao assistente é proibido arrazoar os recursos interpostos pelo Ministério Público.
- (E) o assistente será admitido até o início da instrução do processo.
-
58. Em relação aos recursos, é correto afirmar que
- (A) caberá recurso em sentido estrito da decisão que receber a denúncia ou a queixa.
- (B) o apelante não poderá arrazoar a apelação em segunda instância.
- (C) caberá recurso em sentido estrito da decisão de pronúncia.
- (D) é dispensável a preliminar de repercussão geral no recurso extraordinário que verse sobre matéria penal.
- (E) o prazo para interposição do recurso de apelação é de 8 (oito) dias.
-
59. Em relação ao procedimento do júri, é correto afirmar que
- (A) em caso de impronúncia, poderá ser formulada nova denúncia ou queixa se houver prova nova, enquanto não ocorrer a extinção da punibilidade.
- (B) não será intimado por edital, da decisão de pronúncia, o acusado solto que não for encontrado.
- (C) estão isentos do serviço do júri os cidadãos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos que requeiram sua dispensa.
- (D) os jurados excluídos por impedimento não serão considerados para a constituição do número legal exigível para a realização da sessão.
- (E) comparecendo, pelo menos, 21 (vinte e um) jurados, o juiz presidente declarará instalados os trabalhos, anunciado o processo que será submetido a julgamento.



<p>60. De acordo com o disposto na Lei nº 9.296/96,</p> <p>(A) não será admitida a interceptação de comunicações telefônicas se o fato investigado constituir infração penal punida, no máximo, com pena de detenção.</p> <p>(B) a interceptação telefônica não poderá ser decretada de ofício pelo juiz.</p> <p>(C) a decisão que decretar a interceptação telefônica será fundamentada, sob pena de nulidade, mas não precisará indicar a forma de execução da diligência.</p> <p>(D) a gravação que não interessar à prova não poderá ser inutilizada, devendo ser mantida para fins de defesa.</p> <p>(E) o representante do Ministério Público poderá requerer a realização de interceptação telefônica na instrução processual penal, mas não na investigação criminal.</p>	<p>64. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplica-se a seguinte disposição:</p> <p>(A) tratando-se de mandato eletivo federal ou estadual (mas não distrital) ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.</p> <p>(B) investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.</p> <p>(C) investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, mais a diferença pecuniária havida entre essas e a remuneração do cargo eletivo.</p> <p>(D) em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por antiguidade.</p> <p>(E) para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados na forma da lei, vedada a equiparação à situação de como se no exercício estivesse.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Constitucional</p> <p>61. Antiga linha de pensadores políticos, que inclui, por exemplo, Aristóteles e Montesquieu, converge para uma determinada forma de governo, concebida como apta a impedir a sua própria degeneração, e que pode ser descrita como</p> <p>(A) monarquia, em que um único sujeito detém o poder e o utiliza para o bem comum.</p> <p>(B) aristocracia, em que um grupo de sábios virtuosos detém o poder e o utiliza para o bem comum.</p> <p>(C) timocracia, em que uma elite honrada detém o poder e o utiliza para o bem comum.</p> <p>(D) oclocracia, em que a grande massa popular, ela própria, exerce o poder e o utiliza para o bem de todos.</p> <p>(E) politeia, ou governo misto, em que elementos de diferentes formas de governo se combinam.</p>	<p>65. Relativamente à desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária,</p> <p>(A) as benfeitorias necessárias serão indenizadas em dinheiro, mas não as úteis.</p> <p>(B) o decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza o Município a propor a ação de desapropriação.</p> <p>(C) cabe à lei ordinária estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação.</p> <p>(D) o orçamento fixará a cada dois anos o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no biênio.</p> <p>(E) são isentas de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.</p>
<p>62. No que se refere às garantias e às vedações aplicáveis à magistratura brasileira, é correto afirmar que os juizes</p> <p>(A) têm vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após três anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado.</p> <p>(B) têm inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público fundado em decisão por voto de maioria de dois terços do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa.</p> <p>(C) têm irredutibilidade de subsídio, não se lhes aplicando limites constitucionais, nem sequer o teto de remuneração.</p> <p>(D) não podem exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério.</p> <p>(E) não podem exercer a advocacia no juízo ou tribunal de que se afastaram, antes de decorridos dois anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Eleitoral</p> <p>66. Sobre plebiscito, <i>referendum</i> e iniciativa popular é correto afirmar que</p> <p>(A) cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, autorizar referendo e convocar plebiscito.</p> <p>(B) os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei ordinária.</p> <p>(C) a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Ordinária Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.</p> <p>(D) a lei orgânica municipal deve atender aos princípios estabelecidos na Constituição da República, na Constituição do respectivo Estado e certos preceitos, entre os quais, a iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através de manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado.</p> <p>(E) a Constituição da República expressamente prevê que ela própria poderá ser emendada mediante proposta de iniciativa popular.</p>
<p>63. É direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social</p> <p>(A) a relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos.</p> <p>(B) o seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário ou involuntário.</p> <p>(C) a irredutibilidade do salário, salvo o disposto em lei, convenção ou acordo coletivo.</p> <p>(D) a remuneração do trabalho noturno igual à do diurno.</p> <p>(E) a proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção culposa ou dolosa.</p>	



<p>67. São inelegíveis para qualquer cargo</p> <p>(A) os membros do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa e das Câmaras Municipais, que hajam perdido os respectivos mandatos por quebra do decoro parlamentar, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foram eleitos e nos dez anos subsequentes ao término da legislatura.</p> <p>(B) o Governador e o Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal e o Prefeito e o Vice-Prefeito que perderem seus cargos eletivos por infringência a dispositivo da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente e nos dez anos subsequentes ao término do mandato para o qual tenham sido eleitos.</p> <p>(C) os que, em estabelecimentos de crédito, financiamento ou seguro, tenham sido ou estejam sendo objeto de processo de liquidação judicial ou extrajudicial, hajam exercido, nos doze meses anteriores à respectiva decretação, cargo ou função de direção, administração ou representação, enquanto não forem exonerados de qualquer responsabilidade.</p> <p>(D) os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de oito anos após o cumprimento da pena, pelos crimes de tráfico e uso de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos.</p> <p>(E) os que tenham contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, bem como para as que se realizarem nos dez anos seguintes.</p>	<p>69. Haverá um Tribunal Regional Eleitoral na Capital de cada Estado e no Distrito Federal, cujas composições deverão incluir</p> <p>(A) mediante eleição, pelo voto secreto, dois juízes dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça do respectivo Estado.</p> <p>(B) mediante eleição, pelo voto secreto, dois juízes, dentre juízes de direito, escolhidos pelo Tribunal Regional Eleitoral.</p> <p>(C) mediante eleição, pelo voto secreto, um juiz dentre os membros do Ministério Público do respectivo Estado.</p> <p>(D) um juiz de Tribunal Regional Federal, escolhido pelo Tribunal Regional Federal com jurisdição sob a respectiva Região.</p> <p>(E) por nomeação, pelo Governador do Estado, dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça.</p>
<p>68. Relativamente ao alistamento eleitoral, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) o alistamento se faz mediante a qualificação e inscrição do eleitor.</p> <p>(B) para o efeito da inscrição, é domicílio eleitoral o lugar de residência ou moradia do requerente, e, verificado ter o alistando mais de uma, considerar-se-á domicílio aquela que coincida com o seu local de trabalho.</p> <p>(C) o alistando apresentará em cartório ou local previamente designado, requerimento em fórmula que obedecerá ao modelo aprovado pelo Tribunal Superior.</p> <p>(D) poderá o juiz se tiver dúvida quanto a identidade do requerente ou sobre qualquer outro requisito para o alistamento, converter o julgamento em diligência para que o alistando esclareça ou complete a prova ou, se for necessário, compareça pessoalmente à sua presença.</p> <p>(E) os cegos alfabetizados pelo sistema "Braille", que reunirem as demais condições de alistamento, podem qualificar-se mediante o preenchimento da fórmula impressa e a aposição do nome com as letras do referido alfabeto.</p>	<p>70. No sistema eletrônico de votação, adotado pela legislação eleitoral brasileira,</p> <p>(A) a votação eletrônica será feita sempre no número do candidato, devendo o nome e fotografia do candidato aparecer no painel da urna eletrônica, com a expressão designadora do cargo disputado no masculino ou feminino, conforme o caso.</p> <p>(B) a urna eletrônica exibirá para o eleitor, primeiramente, os painéis referentes às eleições majoritárias e, em seguida, os referentes às eleições proporcionais.</p> <p>(C) caberá ao Supremo Tribunal Federal definir a chave de segurança e a identificação da urna eletrônica.</p> <p>(D) a urna eletrônica contabilizará cada voto, assegurando-lhe o sigilo e inviolabilidade, garantida aos partidos políticos, coligações e candidatos ampla fiscalização.</p> <p>(E) os Tribunais Regionais Eleitorais disciplinarão a hipótese de falha na urna eletrônica que prejudique o regular processo de votação.</p>
	<p style="text-align: center;">BLOCO TRÊS</p> <p style="text-align: center;">Direito Empresarial</p> <p>71. Quanto à atividade empresarial, é correto afirmar:</p> <p>(A) Antes do início de sua atividade, faculta-se ao empresário sua inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede.</p> <p>(B) Desde que com auxílio de colaboradores, considera-se empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, constituindo esse exercício elemento de empresa ou não.</p> <p>(C) Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação, tanto de bens como de serviços.</p> <p>(D) A lei assegurará tratamento igualitário ao empresário rural e ao pequeno empresário, quanto à inscrição e aos efeitos dela decorrentes.</p> <p>(E) Não responderá pelas obrigações contraídas a pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário.</p>



<p>72. Em relação à sociedade limitada,</p> <p>(A) a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.</p> <p>(B) sua administração se dá necessariamente pelo sócio com maior número de quotas sociais.</p> <p>(C) é vedada a administração por meio de não sócios, dada sua natureza pessoal.</p> <p>(D) o uso da firma ou denominação social é extensivo a todos os sócios que a integram.</p> <p>(E) semestralmente, procede-se à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.</p>	<p>76. Em relação aos contratos bancários, é correto afirmar:</p> <p>(A) O objeto do contrato de alienação fiduciária em garantia será sempre bem móvel, pertencente ou não ao devedor.</p> <p>(B) O mútuo bancário é o contrato consensual de empréstimo de coisa infungível ao cliente.</p> <p>(C) Como regra geral, as instituições financeiras estão limitadas, na cobrança dos juros remuneratórios, à taxa de 12% ao ano.</p> <p>(D) Pelo contrato de abertura de crédito, o banco disponibiliza ao cliente certa quantia de dinheiro, a ser por ele necessariamente utilizada.</p> <p>(E) O depósito bancário é o contrato pelo qual uma pessoa, denominada depositante, entrega valores monetários a um banco, que se obriga a restituí-los quando solicitados.</p>
<p>73. No tocante ao título de crédito, é correto afirmar que</p> <p>(A) quando não indicado, considera-se lugar de sua emissão e de pagamento o domicílio do credor.</p> <p>(B) sua transferência não implica a de todos os direitos que lhe são inerentes.</p> <p>(C) pode-se reivindicá-lo do portador que o adquiriu de boa-fé e na conformidade das normas que disciplinam sua circulação.</p> <p>(D) não tendo ele indicação de vencimento, entende-se que o prazo de pagamento é o de sessenta dias.</p> <p>(E) enquanto estiver em circulação, só ele poderá ser dado em garantia, ou ser objeto de medidas judiciais, e não, separadamente, os direitos ou mercadorias que representa.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Tributário</p> <p>77. Em fevereiro de 2012 o juiz proferiu despacho ordenando a citação em sede de execução fiscal para cobrar crédito tributário decorrente de fato gerador ocorrido em janeiro de 2001, cuja notificação de lançamento aconteceu em dezembro de 2006. Nesse caso,</p> <p>(A) houve decadência, pois entre a constituição do crédito tributário e o despacho do juiz ordenando a citação transcorreram mais de cinco anos.</p> <p>(B) houve decadência, pois entre a ocorrência do fato gerador e a constituição do crédito tributário transcorreram mais de cinco anos.</p> <p>(C) houve a prescrição, pois entre a constituição do crédito tributário e o despacho do juiz ordenando a citação transcorreram mais de cinco anos.</p> <p>(D) não houve nem a decadência, nem a prescrição, pois o prazo é interrompido com a inscrição do crédito em dívida ativa, conforme previsão expressa na Lei de Execução Fiscal.</p> <p>(E) não houve a decadência, pois o prazo para cobrar o crédito tributário só se inicia após transcorridos 180 dias da inscrição na dívida ativa, conforme previsão expressa na Lei de Execução Fiscal.</p>
<p>74. Em relação à recuperação judicial ou falência,</p> <p>(A) a decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário.</p> <p>(B) em seu curso, não são exigíveis do devedor as obrigações a título oneroso, nem custas judiciais.</p> <p>(C) estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, desde que vencidos.</p> <p>(D) no curso da recuperação judicial, os credores do devedor perdem seus direitos e privilégios contra os coobrigados, fiadores e obrigados de regresso.</p> <p>(E) o juízo da falência é competente para conhecer de toda e qualquer ação sobre bens, interesses e negócios do falido, inclusive as demandas trabalhistas e fiscais.</p>	<p>78. Determinado Município institui ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza) incidente sobre serviço notarial e de registro. A lei instituidora traz como fato gerador a prestação do serviço notarial e de registro. O valor do imposto é fixo para este serviço tributado no Município, equivalente a cinco mil reais por ano. O valor anual pode ser parcelado sem juros em até três vezes ou, com juros e correção pela taxa SELIC, em até doze vezes. Sobre este imposto é correto afirmar que</p> <p>(A) não é competência do Município a instituição de imposto sobre serviço notarial e de registro.</p> <p>(B) é inconstitucional este imposto municipal, por ser fixo, o que afronta o princípio da capacidade contributiva, já que não graduado de acordo com as condições econômicas do contribuinte.</p> <p>(C) é inconstitucional este imposto municipal porque o STF tem entendimento já pacífico no sentido de que não incide ISSQN sobre serviço notarial e de registro, por se tratar de serviço público.</p> <p>(D) é inconstitucional este imposto municipal porque, ainda que seja fixo o seu valor, deveria variar de acordo com o serviço notarial e de registro levado a efeito, não podendo ser fixado em valor igual para todas as serventias.</p> <p>(E) é constitucional este imposto municipal por atender a todos os requisitos necessários para sua instituição de forma a respeitar as condições econômicas do contribuinte.</p>
<p>75. Em relação aos seguintes títulos de crédito é correto afirmar:</p> <p>(A) Se o cheque pós-datado for apresentado em data anterior à indicada para pagamento, não poderá ser pago de imediato, pois se terá descaracterizado como ordem de pagamento à vista.</p> <p>(B) Como regra, o sacado de um cheque não tem qualquer obrigação cambial; assim, o credor do cheque não pode responsabilizar o banco sacado pela inexistência ou insuficiência de fundos disponíveis.</p> <p>(C) As notas promissórias admitem aceite e, por isso, a recusa deste acarreta o vencimento antecipado do título.</p> <p>(D) A duplicata mercantil é protestável somente por falta de pagamento e não admite ser garantida por aval, uma vez que se trata de título causal.</p> <p>(E) A duplicata não permite reforma ou prorrogação de seu prazo de vencimento, que é imutável.</p>	



79. Um Município alterou sua legislação para instituir o IPTU progressivo em razão do valor venal do imóvel, criando uma tabela com alíquotas variando de 0,5% a 2,5%. Do mesmo modo instituiu também o ITBI progressivo em razão do valor venal do imóvel, com alíquotas variando de 1% a 5%. Nesse caso, a partir dos fatos apresentados e do entendimento do Supremo Tribunal Federal,
- (A) é constitucional a instituição tanto do IPTU como do ITBI progressivo em razão do valor venal do imóvel como forma de graduação dos impostos segundo a capacidade contributiva.
- (B) é inconstitucional a instituição de alíquotas progressivas para o IPTU e para o ITBI, pois ambos são impostos reais e, portanto, não podem ter alíquotas progressivas.
- (C) é inconstitucional a instituição de dois impostos municipais com mesma base de cálculo, qual seja, valor venal do imóvel, pois caracteriza *bis in idem*.
- (D) é constitucional apenas a instituição do IPTU progressivo em razão do valor venal do imóvel, por expressa autorização na Constituição Federal.
- (E) é constitucional apenas a instituição do ITBI progressivo em razão do valor venal do imóvel, por expressa autorização na Constituição Federal.

80. Lei estadual que prevê recolhimento antecipado, pelo fabricante/montadora de veículos, de ICMS incidente sobre a venda de veículos automotores disponíveis para a venda em concessionária de veículos é considerada
- (A) constitucional, por se tratar de substituição tributária para frente, expressamente autorizada pela Constituição Federal.
- (B) inconstitucional, por se tratar de fato gerador presumido, ainda não consumado.
- (C) inconstitucional, por não caber a incidência de ICMS na operação de venda de veículos automotores pelo fabricante/montadora para a concessionária de veículos.
- (D) constitucional, por se tratar de substituição tributária para trás, com fato gerador consumado quando da saída dos veículos do pátio do fabricante/montadora de veículos.
- (E) constitucional, já que o fabricante/montadora de veículos realizou o fato gerador do ICMS quando operou a venda de veículos automotores para a concessionária.

81. Em sede de Execução Fiscal, se o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis deverá o juiz
- (A) determinar o arresto de tantos bens quantos bastem para o pagamento da dívida.
- (B) abrir vista para a Fazenda Pública, a fim de que possa pleitear em sede de medida cautelar fiscal, a indisponibilidade de bens do devedor.
- (C) arquivar temporariamente os autos da Execução Fiscal, devendo a Fazenda Pública diligenciar no sentido de localizar bens penhoráveis, sob pena de prescrição intercorrente.
- (D) determinar a suspensão da Execução Fiscal por até 1 ano, para que a Fazenda Pública diligencie no sentido de localizar bens do devedor. Após este período, sem que sejam localizados bens, determinará o juiz o arquivamento provisório da Execução Fiscal.
- (E) determinar a indisponibilidade de bens e direitos do devedor, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens e às autoridades supervisoras do mercado bancário e de capitais.

82. Analise os itens a seguir:

- I. Pavimentação asfáltica é fato gerador de taxa de serviço específico e divisível; deve ter valor fixo para todos os beneficiários da obra.
- II. Serviço de coleta de lixo domiciliar é fato gerador de taxa de serviço específico e indivisível; deve ter valor fixo para todos os beneficiários do serviço, desde que haja efetiva fruição.
- III. A concessão de alvará de construção pode ser remunerada por taxa de polícia, pois se trata de exercício regular do poder de polícia.
- IV. O imposto pode ter por fato gerador serviços públicos indivisíveis, assim como o serviço de iluminação pública.
- V. A destinação do produto da arrecadação é irrelevante para definir a natureza jurídica do tributo como imposto.

É correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) III e V.
- (E) IV e V.

Direito Ambiental

83. Se o resultado de determinado crime ambiental tiver atingido área integrante de unidade de conservação, tem-se como ocorrida
- (A) qualificadora genérica do crime.
- (B) circunstância agravante, desde que não constitua ou qualifique o crime.
- (C) circunstância atenuante do crime.
- (D) circunstância que impede a aplicação de pena restritiva de direito.
- (E) vedação automática da suspensão condicional da pena.
84. Admite-se prescrição intercorrente em processo administrativo para aplicação de sanção administrativa ambiental, no caso de
- (A) instrução deficiente do processo, que demande a realização de novas diligências pela autoridade processante.
- (B) falta de identificação do agente, que leve à suspensão do processo decorrente de auto de infração por 1 (um) ano.
- (C) paralisação do processo por mais de 3 (três) anos, quando pendente de julgamento ou despacho pela autoridade administrativa.
- (D) decurso do prazo de 5 (cinco) anos entre a instauração do processo e seu trânsito em julgado na esfera administrativa.
- (E) suspensão do feito por prazo maior do que aquele definido pela legislação penal para a prescrição do crime respectivo, quando a infração também for capitulada como tipo penal.



<p>85. A técnica vigente de proteção dos recursos hídricos prevê a classificação dos corpos d'água em</p> <p>(A) três classes (doces, salobras e salinas) e o estabelecimento de diferentes padrões, assim entendidos os usos permitidos e tolerados em cada uma das classes.</p> <p>(B) três classes (especial, classe 1 e classe 2) e o estabelecimento de diferentes padrões, assim entendidos os usos permitidos e tolerados em cada uma das classes.</p> <p>(C) classes previamente definidas segundo a salubridade, variáveis conforme a bacia hidrográfica e as condições especiais fixadas pelos respectivos comitês.</p> <p>(D) diversas classes e o estabelecimento de padrões compatíveis, segundo a qualidade requerida para os seus usos preponderantes.</p> <p>(E) diversas classes, conforme o grau de poluição existente, e o estabelecimento de diferentes padrões, de acordo com as metas de regeneração do meio aquático fixadas pela autoridade ambiental.</p>	<p>88. No âmbito dos procedimentos de licenciamento ambiental, a exigência da elaboração de estudo prévio de impacto ambiental e de seu respectivo relatório (EIA/RIMA)</p> <p>(A) depende da ocorrência de uma das hipóteses taxativamente previstas na legislação aplicável e reconhecidas pelo órgão licenciador.</p> <p>(B) poderá ser efetuada em caráter discricionário pelo órgão licenciador, a partir dos elementos trazidos pelo empreendedor e independentemente do dano ambiental potencialmente causado pela atividade.</p> <p>(C) é definida conforme o tipo de atividade exercida, havendo atividades para as quais o EIA/RIMA é sempre exigível e outras para as quais é dispensado.</p> <p>(D) tem como hipótese constitucional a potencial ocorrência de significativo impacto ambiental, a ser verificada mediante estudos e declarações preliminares fornecidos pelo empreendedor ao órgão licenciador.</p> <p>(E) será efetuada, como regra geral, em caráter preliminar ao procedimento, em todas as hipóteses de exercício de atividades potencialmente poluidoras.</p>
<p>86. Suponha que o governo estadual tenha instituído, por decreto, uma Área de Proteção Ambiental (APA) que abranja a totalidade do território de três Municípios. Os imóveis particulares localizados dentro da APA</p> <p>(A) deverão ser objeto de desapropriação, uma vez que a APA é incompatível com domínio privado.</p> <p>(B) não sofrerão qualquer espécie de restrição, uma vez que a instituição de unidades de conservação é matéria reservada à lei formal.</p> <p>(C) poderão ser ou não desapropriados, conforme decisão discricionária do poder público, sem necessidade de invocação de motivo de utilidade ou necessidade públicas, ou interesse social.</p> <p>(D) não sofrerão incidência de restrições ambientais, até que a implantação da unidade de conservação seja ratificada pelos Municípios por ela abrangidos.</p> <p>(E) poderão desde logo sofrer restrições compatíveis com a natureza privada da área, bem como com o conteúdo constitucional do direito de propriedade e sua função social.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Administrativo</p> <p>89. No tocante ao regime da concessão de serviços públicos, na sua forma tradicional, a Lei Federal nº 8.987/95</p> <p>(A) condiciona a outorga de subconcessão, a transferência da concessão e a transferência do controle societário da concessionária à expressa concordância do poder concedente.</p> <p>(B) admite a possibilidade de subconcessão, desde que haja previsão no contrato original de concessão, o que torna dispensável nova autorização do poder concedente.</p> <p>(C) exige que a transferência da concessão seja expressamente autorizada pelo poder concedente, mas nada estabelece no tocante à transferência do controle societário da concessionária.</p> <p>(D) veda a subconcessão do serviço delegado, pois o contrato de concessão é <i>intuitu personae</i>.</p> <p>(E) permite a transferência da concessão, mediante a realização prévia de concorrência para a escolha do novo concessionário.</p>
<p>87. Sobre a responsabilidade civil por dano ambiental é correto afirmar que</p> <p>(A) não dispensa a caracterização do dolo ou culpa, uma vez que a responsabilidade é de natureza objetiva.</p> <p>(B) prescinde de relação lógica entre a conduta do agente e o prejuízo verificado, haja vista que a responsabilidade ambiental exige reparação integral.</p> <p>(C) está centrada na figura do poluidor, que é a pessoa direta ou indiretamente responsável pela atividade causadora da degradação ambiental.</p> <p>(D) a configuração do nexo de causalidade é necessária apenas nas hipóteses de responsabilidade por omissão, porque nos demais casos a responsabilidade tem origem pelo só fato do dano causado.</p> <p>(E) a extensão do dano não terá consequências em termos de fixação do montante da indenização, bem como da penalidade pecuniária a ser imposta ao agente.</p>	<p>90. O Estatuto dos Funcionários Públicos Civis de Goiás (Lei Estadual nº 10.460/88)</p> <p>(A) é aplicável aos servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás.</p> <p>(B) estabelece a competência do Secretário da Administração para dar posse a todos os agentes políticos e administrativos do Poder Executivo e das autarquias estaduais.</p> <p>(C) considera como de efetivo exercício o tempo de afastamento em virtude de exercício de cargo ou função de governo ou administração, em qualquer parte do território nacional, por nomeação do Presidente da República.</p> <p>(D) permite o empossamento e a assunção de exercício do cargo pelo funcionário público, por meio de procuração.</p> <p>(E) garante a todos os funcionários públicos falecidos o direito à promoção <i>post mortem</i>.</p>



<p>91. NÃO se inclui no rol das sanções aplicáveis pela Administração Pública, no exercício de seus poderes típicos,</p> <p>(A) a pena de perda da função pública, no processo de improbidade.</p> <p>(B) a prisão administrativa, no processo disciplinar militar.</p> <p>(C) a caducidade, nas concessões de serviço público.</p> <p>(D) a pena de comisso, no regime jurídico dos bens públicos aforados.</p> <p>(E) o licenciamento compulsório de patentes, no regime jurídico da propriedade industrial.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Agrário</p> <p>95. O Princípio da Função Social da Propriedade Rural</p> <p>(A) ingressou no ordenamento jurídico brasileiro por meio da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).</p> <p>(B) tem como único objetivo impor o aproveitamento econômico da propriedade rural.</p> <p>(C) impõe a socialização da propriedade rural, aniquilando o conceito de propriedade privada.</p> <p>(D) determina que a propriedade rural seja economicamente produtiva, respeite o meio ambiente e os direitos trabalhistas daqueles que nela exerçam sua atividade.</p> <p>(E) foi idealizado enquanto princípio jurídico na extinta União Soviética.</p>
<p>92. Recentemente, por meio da Lei Federal nº 12.396/2011, foram ratificados os termos do Protocolo de Intenções celebrado entre a União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro, com o fim de criar a Autoridade Pública Olímpica, entidade de direito público que será responsável pela coordenação das atividades necessárias à preparação das Olimpíadas Rio 2016. Referida entidade é</p> <p>(A) fundação pública multipatrocinada.</p> <p>(B) consórcio público, na modalidade de associação pública.</p> <p>(C) agência executiva.</p> <p>(D) empresa pública interfederativa.</p> <p>(E) parceria público-privada, na modalidade de concessão administrativa.</p>	<p>96. A definição legal de imóvel rural é:</p> <p>(A) prédio rústico de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destine ou possa se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agroindustrial.</p> <p>(B) propriedade rústica, de área contínua, qualquer que seja a sua localização, desde que se destine à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agroindustrial, e seja executada, direta e pessoalmente, pelo agricultor e sua família, absorvendo-lhes toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico.</p> <p>(C) propriedade rústica de área contínua superior a um módulo fiscal.</p> <p>(D) propriedade rústica de área contínua superior a um módulo rural.</p> <p>(E) prédio rústico de área contínua que se destine ou possa se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agroindustrial.</p>
<p>93. A alienação de bens imóveis da Administração</p> <p>(A) somente pode ser realizada em favor de outro órgão ou entidade da Administração Pública, em vista da indisponibilidade dos bens públicos.</p> <p>(B) deve ser sempre realizada mediante licitação na modalidade concorrência, excetuados os casos de dispensa.</p> <p>(C) depende de autorização legislativa, quando se tratar de bem de empresa pública ou sociedade de economia mista.</p> <p>(D) não depende de licitação, quando se tratar de venda a outra entidade da Administração Pública, desde que seja entidade de maior abrangência.</p> <p>(E) depende de licitação, caso seja feita por meio de doação com encargo, exceto se houver interesse público devidamente justificado.</p>	<p>97. Terras devolutas são terras</p> <p>(A) que em 1850 foram reincorporadas ao patrimônio da União em decorrência do exercício ilegal da posse agrária.</p> <p>(B) que em 1850 ainda não haviam sido aplicadas a algum uso público, não haviam sido incorporadas legitimamente ao domínio privado, tinham sido concedidas anteriormente a uso de particulares, mas estes não lograram incorporá-la em seu patrimônio pelo descumprimento dos requisitos legais ou, por fim, não eram objeto de posse.</p> <p>(C) que em 1850 foram reincorporadas ao patrimônio da União ou dos Estados, dependendo de sua localização, em decorrência do exercício ilegal da posse agrária.</p> <p>(D) sem a presença física do homem, que, em razão do processo de colonização do país, são reincorporadas ao patrimônio da União.</p> <p>(E) sem a presença física do homem, que, em razão do processo de colonização do país, são reincorporadas ao patrimônio da União ou dos Estados, dependendo de sua localização.</p>
<p>94. O regime publicístico de responsabilidade objetiva, instituído pelo art. 37, § 6º da Constituição Federal NÃO é aplicável</p> <p>(A) a pessoas jurídicas privadas que atuem como parceiras privadas no âmbito das Parcerias-Público-Privadas (PPPs).</p> <p>(B) a pessoas jurídicas privadas que atuem como concessionárias de serviço público.</p> <p>(C) aos danos causados por particular que exerça atividade econômica em sentido estrito, sob fiscalização da Administração Pública.</p> <p>(D) aos danos decorrentes de atos notariais e de registros praticados por particulares, mediante delegação estatal.</p> <p>(E) aos danos causados pela atuação de entidades da Administração Indireta que tenham personalidade jurídica de direito privado.</p>	



98. Analise as afirmações abaixo.

- I. Compete à União e aos Estados promover a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária.
- II. A propriedade produtiva pode ser desapropriada por interesse social, para fins de reforma agrária, desde que não esteja respeitando as normas ambientais.
- III. Considera-se reforma agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.
- IV. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

99. Analise as afirmações abaixo.

- I. Os contratos agrários nominados são regidos pelo princípio da autonomia da vontade, não cabendo ao Estado intervir nas relações neles disciplinadas.
- II. Arrendamento rural é o contrato agrário pelo qual uma pessoa se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso e gozo de imóvel rural, parte ou partes do mesmo, incluindo, ou não, outros bens, benfeitorias e/ou facilidades, com o objetivo de nele ser exercida atividade de exploração agrícola, pecuária, agroindustrial, extrativa ou mista, mediante certa retribuição ou aluguel, observados os limites percentuais da Lei.
- III. É vedado o subarrendamento no contrato de arrendamento rural.
- IV. Pessoa Jurídica não pode ser arrendatária no contrato de arrendamento rural.

Está correto APENAS o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) IV.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.

100. Assinale a alternativa correta.

- (A) No caso de terras devolutas, a usucapião especial rural, prevista no artigo 191 da Constituição Federal, poderá ser reconhecida administrativamente, com a consequente expedição do título definitivo de domínio para transcrição no Cartório de Registro de Imóveis.
- (B) O idoso terá preferência no procedimento administrativo de reconhecimento de usucapião especial rural em terras devolutas.
- (C) O procedimento da ação de usucapião especial rural é o ordinário.
- (D) A apelação na ação de usucapião especial rural será recebida apenas no efeito devolutivo.
- (E) A procedência do pedido na ação de usucapião especial rural ocorrerá quando: não for o autor proprietário de imóvel rural ou urbano, for a posse quinquenária, ininterrupta e sem oposição, estiver o imóvel em zona rural, não for a área superior a 50 hectares, tiver o autor tornado o imóvel produtivo com seu trabalho ou de sua família, for o imóvel sua morada e, por fim, não se tratar de imóvel público.